



Plataforma Territorial do Baixo Mondego

Plano de Desenvolvimento Social

2008 | 2010



SEGURANÇA SOCIAL

Grupo Operativo
Julho | 2008

SIGLAS

NUT – Unidade Territorial

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PNAI – Plano Nacional para a Inclusão

CLAS – Comissões Locais de Acção Social

PORC – Programa Operacional Regional do Centro

PNS _ Plano Nacional de Saúde

GO – Grupo Operativo

CD – Centro de Dia

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

CN – Centro de Noite

CATL – Centro de Actividades de Tempos Livres

CAO – Centro de Actividades Ocupacionais

Ficha Técnica

Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego

GRUPO OPERATIVO:

Centro Distrital de Coimbra

União das Misericórdias do Distrito de Coimbra

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

Rede Europeia Anti Pobreza Nacional – Núcleo Distrital de Coimbra

Conselho Local de Acção Social de Cantanhede

Coimbra, 2008





ÍNDICE

	Pag.
NOTA INTRODUTÓRIA	5
1. INSTRUMENTOS, METODOLOGIAS UTILIZADAS E OBJECTIVO	8
1.1 INSTRUMENTOS	8
1.2 METODOLOGIA.....	8
1.3 OBJECTIVO.....	9
2. ENQUADRAMENTO DA PLATAFORMA NA REGIÃO	11
3. TAXAS DE COBERTURA	15
3.1 RESPOSTAS SOCIAIS PLATAFORMA	17
Respostas Sociais – Idosos / Taxas de cobertura Efectivas	18
Respostas Sociais – Creche	18
Respostas Sociais – Deficiência	19
4. NÍVEIS DE PRIORIDADE	20
4.1 NÍVEL SUPRACONCELHIO.....	20
4.2 NÍVEL LOCAL	20
Anexo	23



NOTA INTRODUTÓRIA

A Rede Social é hoje uma realidade indesmentível no panorama nacional, contribuindo de forma importante para uma adequada identificação de prioridades locais e, promovendo um modelo de organização e trabalho em parceria entre as várias entidades envolvidas.

No entanto, é por meio das designadas Plataformas Supraconcelhias que a Rede Social assume uma dimensão supraconcelhia, aspecto que lhe assegura uma melhor rentabilização de meios e recursos existentes, garantindo um fio condutor entre as prioridades nacionais, regionais e locais.

Assim, a introdução pelo Decreto de Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, da figura das Plataformas Supraconcelhias veio consolidar uma articulação da Rede Social à dimensão das NUT III.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) traçado para cada uma das Plataformas assume importância significativa, representando mais do que o simples somatório das necessidades e prioridades identificadas em cada concelho.

O PDS deverá pois, contribuir para a identificação das prioridades de intervenção, ao nível local e supraconcelhio, tendo em conta os instrumentos regionais e nacionais de actuação como sendo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, entre outros.

Este documento pretende pois, sinalizar, para o período temporal compreendido entre 2008 e 2010, as áreas prioritárias para a Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego, servindo, de igual



modo, como documento orientador para a projecção de acções, sejam elas de carácter local ou de carácter supra-concelhio.

O PDS não deverá ser encarado como obstáculo à promoção de iniciativas locais, mas antes como aglutinador de vontades em prol de um desenvolvimento social que terá de ser cada vez mais concertado e racional de acordo com os recursos disponíveis.

O presente documento encontra-se estruturado de forma a apresentar os instrumentos, a metodologia e o objectivo que nortearam a construção participada do Plano de Desenvolvimento Social da Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego (ponto 1).

De seguida é feito o enquadramento da Plataforma no âmbito da região em que se insere, tendo atenção a aspectos como a demografia e a base económica da Região Centro. Ainda como forma de contextualizar a realidade social deste território são apresentadas as taxas de cobertura ao nível das áreas da educação, saúde, equipamentos desportivos e de lazer, bem como as taxas de cobertura relativas às respostas sociais existentes nos 10 concelhos que integram esta plataforma.

Por fim, foram identificados os níveis de prioridade de intervenção ao nível supraconcelhio e local, bem como as áreas de intervenção correspondentes.

Em anexo a este documento apresentam-se as Grelhas de Prioridades, Acções e Medidas que constituem a sistematização das acções, ainda não realizadas, previstas nos Planos de Desenvolvimento Social dos Conselhos Locais de Acção Social que integram esta estrutura de planeamento. Estas acções foram enquadradas por áreas temáticas, definidas no sistema de informação da Rede Social (Base de Dados), e em concordância com as prioridades e acções definidas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão, e outros instrumentos de nível regional e nacional.





Importa reforçar a ideia de que o PDS apresentado pretende, não só corresponder às expectativas dos CLAS envolvidos, mas também consignar uma relação entre as necessidades locais e as prioridades regionais e nacionais.



1. INSTRUMENTOS, METODOLOGIAS UTILIZADAS E OBJECTIVO

1.1 INSTRUMENTOS

A realização do presente documento assentou no recurso a uma panóplia de instrumentos cuja intenção primordial foi a de recolher, de modo sintetizado, o maior volume de informação que possibilitasse que o PDS da Plataforma fosse exequível e, ao mesmo tempo, enquadrado nas políticas nacionais gizadas para as diferentes áreas de actuação.

Desse conjunto de documentos fazem parte, para além do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Diagnóstico Prospectivo da Região Centro (PORC), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Plano Nacional de Saúde (PNS), Carta Social e os PDS e Diagnósticos dos várias CLAS que compõem a NUT III do Baixo Mondego.

1.2 METODOLOGIA

Na metodologia adoptada temos que referenciar, antes demais, a constituição do Grupo Operativo (GO). Este GO é composto por técnicos nomeados de entre as entidades constituintes desta estrutura tendo sido constituído em reunião da Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego realizada a 5 de Março de 2008.

Para além do recurso à análise dos vários instrumentos já identificados, o G.O optou pela realização de um “Workshop” destinado ao levantamento, o mais actualizado possível, das prioridades e acções preconizadas localmente pelos CLAS tendo

apelado à participação dos técnicos afectos a cada CLAS, tendo em vista a elaboração das grelhas anexas a este documento.

De realçar que a participação dos CLAS no referido “Workshop” ficou aquém do espectável pelo que, o G.O teve de se cingir à análise dos documentos disponibilizados.

Outro dado a reter e decorrente da análise dos PDS locais e Diagnósticos, foi a inexistência de uma relação clara e objectiva entre algumas das acções preconizadas pelos Planos apresentados e as medidas previstas no PNAI.

Verificou-se ainda a existência de um conjunto de acções que pela sua transversalidade preconizam um grau de actuação que excede o nível do exercício do funcionamento das Plataformas, apenas podendo ser entendidas como vontades locais, potenciadoras de pressões ao nível do exercício das políticas nacionais.

Há ainda a referir, o facto de algumas das acções previstas não terem correspondência directa no PNAI pelo que foram inscritas com a referência “Medidas a definir”.

1.3 OBJECTIVO

A realização de qualquer trabalho implica, obrigatoriamente, a definição de um objectivo, pois só por meio dessa definição é possível definir e organizar as metodologias e os instrumentos a utilizar na prossecução do mesmo.

Sendo que o objectivo associado ao presente documento é, por natureza, **a realização do PDS da Plataforma**, foi importante, antes da apresentação da proposta de PDS, a definição, pelo G.O

de um objectivo mais localizado aquando da realização do “Workshop” com os vários técnicos associados aos CLAS.

Nesse sentido, foi definido como objectivo operacional:

“ recolha dados que possibilitem a realização de um PDS correspondente às necessidades da Plataforma, tendo em conta os recursos disponíveis e as prioridades locais, regionais e nacionais e, simultaneamente, que sirvam de suporte à definição das estratégias do desenvolvimento económico-social apoiado em respostas locais ou supra concelhias”.

Este documento deve servir de suporte à definição das estratégias do desenvolvimento económico e social apoiado em respostas locais contribuindo para a equidade dos recursos da Região e do País;

2. ENQUADRAMENTO DA PLATAFORMA NA REGIÃO

A Plataforma do Pinhal Interior Norte é composta por 10 concelhos, a saber: Cantanhede, Coimbra, Condeixa a Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure.

Por outro lado, encontra-se integrada na designada Região Centro, abrangendo concelhos do Distrito de Coimbra (8), do Distrito de Aveiro (1) e do Distrito de Viseu (1).

A Região Centro, por sua vez, representa 31,3% do território nacional, possuindo 23,7% da população de Portugal continental e detém uma fachada atlântica de 275 Km.

Já a Plataforma tem, de acordo com os resultados do censos de 2001, 368.241,00 habitantes o que representa 20,66% do total da Região.

Quanto ao peso de cada grupo etário verifica-se que, as pessoas com mais de 65 anos correspondem a 72.453 hab. representando 27% do total da Plataforma, enquanto as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (202.876) tem um peso de 55,09%, sendo que as restantes faixas etárias (0-14 e 15-24) representam no seu conjunto (92.912) 25,23% do total da população.

Quanto à estrutura etária na Região verifica-se que o peso da faixa etária dos 0-24 anos, representa 27% contra 28% da média nacional.



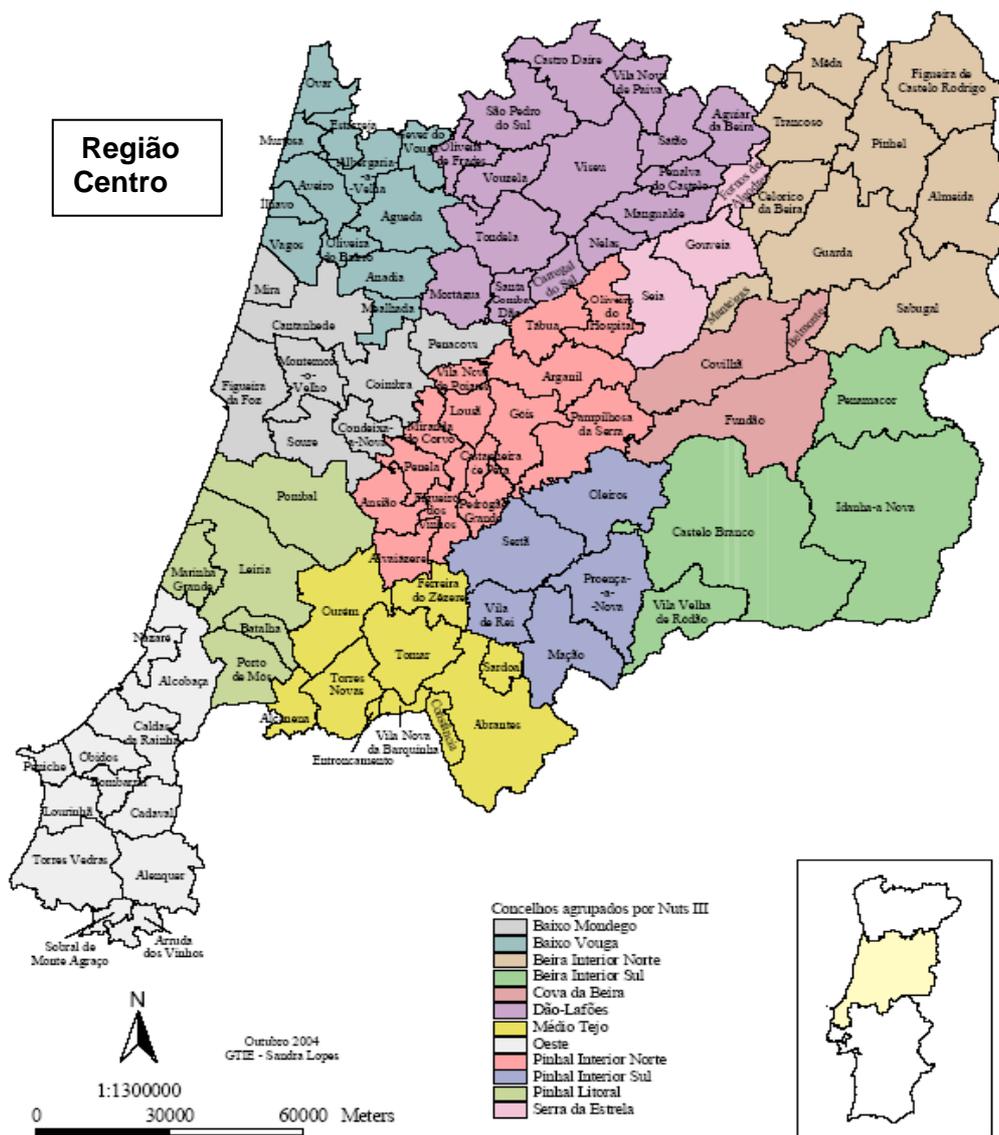
Em relação ao peso da faixa etária com mais de 65 anos, a Região suplanta a média nacional pois apresenta uma incidência de 20%, contra 17% do País.

No que se refere à situação demográfica a Região apresenta uma densidade populacional de 84h/Km, sendo que a Plataforma contrasta com uma densidade populacional bastante superior e que se cifra em cerca de 151,89 hab./Km.

Pode ainda, referir-se que o crescimento populacional em termos globais se encontra estagnado na Região desde a década de 90 do século XX, embora na Plataforma se possa verificar um ligeiro acréscimo explicado pelo aumento da esperança média de vida e o envelhecimento e não pelo aumento da taxa de natalidade.

Existem, contudo, alguns concelhos da Plataforma como, Condeixa-a-Nova e Cantanhede que tiveram, efectivamente, um crescimento populacional, nestes casos beneficiando da proximidade do centro urbano da cidade de Coimbra, em conjunto com o aumento da esperança média de vida.

Por outro lado, o índice médio de envelhecimento é de 138% na Região, média esta já superior à média nacional que é de 111%, enquanto que a Plataforma apresenta um valor em 2001 de 134,94% e em 2004 de 161,7%.



No que concerne à estrutura produtiva a Região é bastante diversificada, fruto da heterogeneidade das plataformas que a compõem, aspecto que se reflecte na distribuição do PIB per capita.

Nesse contexto, é possível verificar que o sector primário representa 5,3% do VAB, empregando 23% da população activa, o sector secundário pesa 33,8% na estrutura produtiva e assegura

30,4% da população activa e o sector terciário representa 60,9% do VAB e incorpora 46,6% dos cidadãos activos.

Traduzindo estes valores para a Plataforma Territorial do Baixo Mondego verifica-se, que o peso do sector primário e Terciário têm um peso que tem repercussões no PIB per capita.

Assim, a região tem um valor médio do PIB per capita de 10.200,00€, inferior ao valor médio nacional que é de 12.500,00€, em parte devido à importância crescente dos rendimentos provenientes das pensões de velhice e ao peso do sector primário.

3. TAXAS DE COBERTURA

Tomando como referência dados recolhidos no âmbito do Diagnóstico do PORC, é possível verificar a existência de taxas de cobertura na Região não muito distantes da média nacional.

Contudo, é importante realçar que alguns dos valores médios apresentados resultam da existência de uma heterogeneidade na própria região, a qual inclui áreas urbanas localizadas no litoral e cujos índices populacionais e de desenvolvimento são dispares das áreas mais interiores.

No entanto, é possível verificar o seguinte:

Infra-estruturas Sociais (educação)

- Educação pré-escolar (público / privado) – 82 estb./1000 hb – 30 alunos por escola, enquanto a média é de 62/1000 hb – 37 alunos por escola;
- Ensino básico – 155 estb./1000 hb – 67 alunos por escola, enquanto a média nacional é de 112 estb./1000 hb – 97 alunos por escola;
- Ensino secundário – 7 estb./1000 hb – 473 alunos por escola, enquanto a média nacional é de 8 estb./1000 hb – 509 alunos por escola;
- Ensino superior (público / privado)– a taxa de cobertura é semelhante à média nacional (3 estb./1000 hb) com 1164 alunos por estab. na região contra 1172 na média do País – apenas a cobertura privada (9%) é inferior à média nacional (26%).



Infra-estruturas Sociais (Rede Solidária)

- Creches – 1,46 estb./1000 hb enquanto a média nacional é de 1,57 estab./1000 hb;
- Lares e Centros de Dia – 0,16 estb./1000 hb contra 0,17 estb./1000 hb de média nacional;

Infra-estruturas Sociais (Saúde)

- 26% dos hospitais a nível nacional (36 camas/1000 hb contra 35 na média do País), de realçar que a média é influenciada pela cidade de Coimbra;
- 4,2 enf. /1000 hb contra 41 da média nacional;
- 2,8 médicos/1000 hb contra 3,4 na média nacional;
- 3,13 consultas em centros de saúde contra 2,74 do País;
- Estabelecimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados com considerável incremento local, apesar da carências de respostas específicas no âmbito das patologias associadas às demências;

Infra-estruturas Sociais (Equipamentos desportivos e de lazer)

- Distribuição espacial equilibrada e superior à média nacional excepto nos campos de ténis;
- A média da região (bibliotecas, museus, salas de espectáculo, etc) é de 2,94 estb./1000 hb contra 2,74 estb./1000 hb do País;



3.1 RESPOSTAS SOCIAIS PLATAFORMA

Tomando a Carta Social como referência para a Plataforma, fazendo a ressalva de que neste caso a taxa de cobertura foi calculada tendo por base o público alvo para cada uma das respostas sociais, podemos verificar uma significativa disparidade entre os vários concelhos.

No entanto, é importante destacar que alguma da informação necessária para uma melhor clarificação dos índices de cobertura dos concelhos, agora integrados na Plataforma, ainda não se encontram sistematizados, por quanto se encontravam integrados em regiões administrativas diferentes, pelo que os dados apresentados terão uma função indicativa.

Não obstante, é possível identificar a existência de concelhos cujos equipamentos, nomeadamente os vocacionados para o apoio e acolhimento de cidadãos com mais de 65 anos, garantem, no conjunto das valências, uma taxa de cobertura mais próxima do peso dessa faixa etária na estrutura demográfica aí existente.

Ou seja, não existindo definições de quais os melhores índices ou taxas de cobertura a concretizar, o peso do grupo etário na estrutura demográfica deveria ter uma correspondência proporcional nos níveis de cobertura no âmbito dos equipamentos vocacionados para esse público.



Respostas Sociais – Idosos / Taxas de cobertura Efectivas

Concelhos	Lar	CD	SAD	CN
Cantanhede	5,6%	4,1%	5,5%	0,13%
Coimbra	2,1%	2,5%	3,9%	0,01%
Condeixa a Nova	3,4%	3,8%	3,4%	----
Figueira da Foz	3,9%	3%	5,6%	0,24%
Mealhada	3,8%	6,56%	4,95%	---
Mira	2,4%	4,3%	4,5%	---
Montemor-o-Velho	3%	3,6%	5,4%	0,38%
Mortágua	3,37%	1,02%	2,6%	---
Penacova	3,6%	1,9%	3,3%	---
Soure	2,3%	3,3%	9,5%	0,2%
Média cobertura	3,3%	3,4%	4,8%	0,09%

Respostas Sociais – Creche

Concelhos	Creche	Pré-Escolar	CATL
Cantanhede	47,7%	50,4	17,8%
Coimbra	22,5%	51,5	13,5%
Condeixa a Nova	11,4%	10,5	11,6%
Figueira da Foz	23,6%	49,2	19,1%
Mealhada	22,08%	--	63,7%
Mira	11,3%	21,2	7,2%
Montemor-o-Velho	15,3%	38	19,9%
Mortágua	8,48%	--	46,8%
Penacova	10,7%	11,7	8,5%
Soure	25,9%	36,7	19,1%
Média cobertura	19,9%	33,6%*	22,7%

*

Respostas Sociais – Deficiência

Concelhos	Lar Residencial	CAO
Cantanhede	6,5%	10,7%
Coimbra	1,3%	14,7%
Condeixa a Nova	---	11,4%
Figueira da Foz	4,5%	18,2%
Mealhada	---	--
Mira	---	60,2%
Montemor-o-Velho	---	16,2%
Mortágua	---	--
Penacova	---	12,6%
Soure	2,2%	19,8%
Média cobertura	1,45%	16,4%

4. NÍVEIS DE PRIORIDADE

Analisados os PDS e diagnósticos sociais dos vários CLAS, ponderados os vários instrumentos de trabalho, designadamente os vários planos de âmbito nacional, foi possível distinguir dois níveis de prioridades de intervenção.

4.1 NÍVEL SUPRACONCELHIO

Ao nível de intervenção supraconcelhia consideram-se as intervenções que compreendem problemáticas e respostas sociais que, pela sua especificidade, têm uma abrangência geográfica mais alargada e, por conseguinte, extravasam a dimensão do concelho enquanto território a intervir.

Neste nível de prioridade supra-concelhia poderemos identificar as **áreas da saúde, mais concretamente no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, da deficiência, do emprego, da formação e qualificação**, a par de algumas iniciativas transversais às problemáticas diagnosticadas, como sendo **áreas chave de intervenção**.

4.2 NÍVEL LOCAL

Por outro lado, temos um outro nível de prioridade correspondente a **intervenções mais localizadas** e associadas à dimensão do concelho.

Esta dimensão é pois, mais localizada e circunscrita sendo que, poderemos identificar como prioritário a **requalificação dos equipamentos e respostas sociais já existentes**.



Outra das preocupações subjacentes a este nível de prioridade assenta na análise da necessidade de **implementação ou ampliação da capacidade de alguns equipamentos** existentes nos concelhos, cujo investimento a realizar deverá ponderar a evolução das taxas de cobertura de algumas respostas.

Neste caso, destaca-se a **preocupação com os Centros de Dia e os Centros de Actividades de Tempos Livres** que, caso se encontrem com valores de taxas de cobertura potencial acima da efectiva, (consultar anexos) poderá evidenciar uma necessidade de reformulação e adaptação deste tipo de valências a uma nova realidade social.

Ainda neste ponto deve ser referido que a taxa potencial de cobertura tem em conta a capacidade existente e a realmente ocupada. Quando a taxa potencial não é concretizada poderemos estar presente uma resposta que **não será a mais adequada para as populações**, por motivos vários, inclusive a existência de respostas alternativas, como no caso das Actividades de Enriquecimento Curricular, isto em relação aos Centros de Actividades de Tempos Livres.

Uma outra preocupação preconizada também neste nível de prioridade assenta na **constituição de equipas multidisciplinares** nos vários concelhos.

Contudo, neste aspecto é importante destacar que os CLAS devem, cada vez mais, **fortalecer no seu seio o espírito de parceria e partilha, tendo em conta a existência de recursos humanos dispersos pelas várias entidades localmente envolvidas.**

Uma outra preocupação a inscrever neste nível de prioridade reporta à questão das **acessibilidades**, nomeadamente no campo



da Lei das Acessibilidades, pelo que, localmente, deve ser prática a actuação das entidades que integram os CLAS o cumprimento deste preceito legal, garantindo desta forma o acesso de todos os cidadãos ao exercício dos direitos, mas também os deveres, de cidadania.





Anexo

GRELHAS DE PRIORIDADES, ACÇÕES E MEDIDAS

